

## **AGENTES DE SAÚDE: PRÁTICAS NO ENFRENTAMENTO DA DENGUE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA**

Hágata Cristina Mascarello<sup>1</sup>  
Bruna Bartolomey<sup>2</sup>  
Jaqueline Rossari<sup>3</sup>  
Daniela Savi Geremia<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem. Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: haguicm@gmail.com. Orcid: <https://Orcid.org/0000-0003-1105-5122>.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem. Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: bruna.bartolomey@estudante.uffs.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6226-3186>.

<sup>3</sup> Enfermeira. Unidade Básica de Saúde do Bairro Esplanada, Secretaria Municipal de Saúde de Chapecó. E-mail: jaquelinrossari@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5310-4768>

<sup>4</sup> Enfermeira. Docente. Doutora em Enfermagem. Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: daniela.savi.geremia@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2259-7429>.

**Autora apresentadora do trabalho:** Hágata Cristina Mascarello.

### **RESUMO EXPANDIDO**

**Introdução:** O Brasil possui um Sistema de Saúde que é referência para muitos países, visto que é garantido atendimento gratuito para toda a população dentro da Constituição Federal de 1988 e em seus princípios traz a universalidade, equidade e integralidade, ofertando atendimento igualitário, que pode ser acessado por qualquer pessoa, e no qual a sua saúde é considerada de modo integral (Brasil, 1990). O modelo de rede de serviços de saúde utilizado para o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) teve como referência o relatório de Dawson, de 1920, assim sendo organizado em três pontos de atenção, sendo atenção primária, atenção secundária e atenção terciária (Brasil, 1990). A atenção primária à saúde se desenvolve principalmente a partir das Unidades de Saúde, em que o atendimento se dá para doenças crônicas, desde o início da descoberta de doenças que acometem a população e na resolubilidade de problemas de saúde. A APS é considerada como porta de entrada preferencial dos serviços do SUS, pois é a partir dos encaminhamentos realizados pela equipe da Atenção Primária que o paciente irá transitar entre os outros serviços e pontos de atenção. A atenção secundária são prioritariamente os atendimentos com as especialidades e clínicos diagnósticos. Já a atenção terciária se dá na área hospitalar, onde pacientes se encontram em situações mais críticas que demandam de supervisão diária. A Atenção Primária à Saúde é formada por uma equipe de médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), e a equipe do núcleo de atendimento à saúde da família que conta com a participação de educador físico,

nutricionista, assistente social e psicólogo, entre outros (Brasil, 2017). O papel de Agentes de Combate às Endemias surge na década de 70 como agentes de saúde pública e só em 2006 ocorreu a promulgação da Lei 13.595 com atualização em 2018 sobre a regulamentação do trabalho dos Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde. O papel dos Agentes de Combate às Endemias está estritamente interligada ao controle de doenças, como por exemplo a dengue, realizando as vistorias em casas com coleta de amostras e notificações de focos de doenças, e também fica em seu cargo realizar educação em saúde com a população sobre formas de evitar a propagação das doenças (BRASIL, 2018). Os Agentes de Combate às Endemias desempenham uma função multifacetada no cenário da saúde pública, caracterizada por sua mobilidade entre as Unidades de Saúde e os órgãos de Vigilância Epidemiológica. Essa peculiaridade confere-lhes uma abrangência singular, não se limitando a uma única unidade de saúde, mas possibilitando sua atuação em diferentes equipes de saúde e em distintos contextos epidemiológicos. Essa mobilidade e flexibilidade na atuação dos ACE refletem-se na capacidade de responder de forma ágil e adaptável às demandas e necessidades variáveis no combate às endemias e na promoção da saúde. (Brasil, 2017) **Objetivo:** Analisar as práticas dos Agentes de Combate às Endemias e dos Agentes Comunitários de saúde desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde que podem auxiliar no enfrentamento da epidemia de dengue. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa que buscou identificar o estado da arte sobre a atuação prática dos ACE e ACS no enfrentamento da epidemia de dengue a partir da literatura científica dos últimos 10 anos (2013-2023). A busca dos artigos ocorreu em base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde, com o uso das fontes SCIELO e LILACS, foram incluídas também fontes do Ministério da Saúde. Foram utilizados os termos: dengue, APS, ACs, ACE, epidemias, saúde da família. Foram selecionados artigos que abordaram diretamente as interações entre dengue, ACE ou ACS e APS. Os critérios de inclusão foram: estudos em língua portuguesa e estudos baseados na relevância dos dados para a compreensão da relação entre os temas. A análise temática foi utilizada, após a leitura dos artigos. **Resultados e Discussão:** O *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue, pelo mosquito fêmea, zika e chikungunya, utiliza diversos recipientes para depositar seus ovos, incluindo locais menos evidentes. O principal motivo para o aumento destas doenças sazonais é a mudança climática, saneamento básico com precariedades, urbanização, imunidade, genética, mas principalmente o aumento de temperatura, onde o mosquito muito mais em temperaturas de 30°C a 32°C (Oliveira et al, 2022. Bezerra et al. 2023). Nesse contexto, os ACE desempenham papel fundamental, sendo capacitados para identificar e eliminar criadouros do mosquito, além de educar a população sobre medidas preventivas. O trabalho desses profissionais está intimamente ligado ao controle de doenças, como a dengue, realizando vistorias em residências, coletando amostras e notificando focos de doenças. Em conjunto com a equipe de saúde da família, que inclui diversos profissionais da saúde, os ACE contribuem significativamente para a promoção da saúde e prevenção de doenças dentro do território, especialmente durante epidemias como a de dengue (Brasil, 2018). Os ACE são um ponto principal para as Unidades Básicas de Saúde, visto que são eles quem possuem olhar mais apurado para a identificação de focos de criadouros de mosquitos, tal como são aqueles que possuem conhecimento sobre o seu combate (Oliveira et al. 2022). Dentro do serviço da APS, a equipe de enfermagem e médicos devem estar preparados para realizar o

atendimento de paciente com dengue, desde a notificação que é uma função tanto do ACE quanto dos enfermeiros e médicos, como o atendimento com medicações e orientações durante o período de doença (Oliveira et al, 2022). O atendimento nas UBS serve como a porta de entrada para o SUS à pacientes com dengue, sendo nessa fase classificados como grupos A, B, C ou D a partir dos sintomas, sinais e gravidades do estado de saúde. A partir do diagnóstico, esses pacientes devem manter acompanhamentos nas Unidades a fim de manter controle da doença, observando melhora ou piora no caso, juntamente com orientações sobre cuidados e medicações a serem utilizadas (Bezerra et al, 2023). Toda a equipe deve manter os olhos atentos aos sinais e sintomas que são descritos por Bezerra et al (2023), sendo eles: petéquias, febre, cefaléia, mialgia, prostração, artralgia, anorexia, astenia, dor retroorbital, náuseas, vômitos, erupção e prurido cutâneo, além disso deve se manter uma atenção especial aos exames laboratoriais para controle de plaquetas, evitando uma evolução da dengue clássica para uma dengue hemorrágica. O mais importante, além do cuidado e tratamento ao paciente, é a notificação de caso positivo que deve ser realizada imediatamente após o diagnóstico de forma de a Vigilância Epidemiológica tenha acesso às informações e possa atuar rapidamente ao combate dos focos com o controle químico, usualmente conhecido como fumacê (Bezerra et al, 2023). Para o controle da doença, a equipe de saúde possui um papel muito importante na educação da população, orientando sobre as formas de evitar a proliferação do vetor, os cuidados para não contrair a doença. Também deve-se fazer necessária a educação para que a população compreenda os riscos e sejam mais acessíveis para que ACE e ACS possam adentrar suas residências e averiguar situações de perigo. **Considerações finais:** Evidencia-se que a APS é de suma importância para a vasta maioria da população brasileira, muitos dos quais dependem exclusivamente dos serviços de saúde fornecidos pelo SUS. No contexto de uma epidemia de dengue, os ACE e ACS assumem uma relevância crucial na condução do controle, notificação e agilidade para o tratamento e acompanhamento da doença e dos pacientes acometidos. Estes profissionais emergem como os principais pilares da prevenção e contenção da propagação do vírus, pois são encarregados das notificações e dão apoio aos enfermeiros, médicos e técnicos de enfermagem na prestação de cuidados mais específicos aos pacientes. Trata-se de uma categoria profissional que é indispensável nas ações de promoção e proteção da saúde, pois atuam frente diversos determinantes sociais para o processo saúde e doença.

**Descritores:** Dengue; Atenção Primária à Saúde; Doenças Endêmicas.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Jardyllen Matias et al. A epidemiologia da dengue na Paraíba entre 2015 e 2020 e a ação da Atenção Primária em seu combate. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 1-10, 27 mar. 2023. Revista Eletronica Acervo Saude. <http://dx.doi.org/10.25248/reas.e11980.2023>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/11980/7318>. Acesso em: 23 abr. 2024.

Brasil. **Lei nº 13595, de 5 de janeiro de 2018**. Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 abr. 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113595.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113595.htm). Acesso em 20 de abr. 2024.

Brasil. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em 20 de abr. 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 set. 2017. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html). Acesso em 20 de abr. 2024.

OLIVEIRA, Michele Araujo da Costa et al. Atuação dos profissionais de saúde da Atenção Básica na prevenção da dengue: dificuldades no combate ao vetor. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 11, n. 13, p. 1-10, 30 set. 2022. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i13.35149>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35149/29522>. Acesso em: 23 abr. 2024.

**Financiamento:** Universidade Federal da Fronteira Sul.

**Agradecimentos:** não se aplica.